

“BOAS PRÁTICAS”¹ DE CCA, NA MODALIDADE CABAZ, NA União Europeia

As FoodCoop na Áustria

I – INTRODUÇÃO

Na Áustria, as iniciativas de venda direta com contrato assumem as designações de *Solidarische Landwirtschaft-SoLawi* (solidarity agriculture), *Gemeinschaftsgestützte Landwirtschaft-Gelawi* (community based agriculture) e *miteinander landwirtschaften- MiLan* (farming together)² (Engel *et al.*, 2016, ver também Kummer e Millestad, 2020 e Ostrom *et al.*, 2017).

Naquele país, a análise e a compreensão quer do desenvolvimento dos CCA, incluindo aquelas modalidades de venda direta, quer de todo o sistema alimentar nacional e características deste sistema não podem ser desligadas da longa história que caracteriza a implantação, no país, de um sector diversificado da agricultura biológica (AB) (Dietrich e Freyer, 2019). Para além deste último se ter imposto muito cedo na Áustria, comparativamente às restantes sociedades europeias, também possui atualmente um maior peso relativo quer quanto ao número de explorações agrícolas em modo de produção biológica, quer em termos de SAU ocupada por este modelo agrícola³.

O amplo e empenhado apoio público e político à adoção da AB não é alheio ao cenário acima descrito, dado que tal apoio se refletiu no processo de institucionalização da AB na Áustria. Este processo inicia-se logo após a segunda guerra mundial, quando a Áustria (ao contrário da Alemanha) apoia, através de políticas agrícolas nacionais, os pequenos agricultores e as formas tradicionais de produção agrícola. Embora as características topográficas e a elevada percentagem de áreas desfavorecidas do país para a produção agrícola tenham sido fatores que contribuíram para a definição daquelas opções, sucede que outras pesaram tanto, ou mais, do desenho das várias políticas públicas agrícolas nacionais que foram sendo implementadas no país (Dietrich e Freyer, 2019: 6). De seguida, contextualizam-se, de forma breve, as várias etapas do processo de institucionalização da AB na Áustria.

Foi em 1927 que começaram a ser identificadas, na Áustria, as primeiras explorações agrícolas que se auto definiam como “biológicas” (Dietrich e Freyer, 2019). Aquela data marca, de acordo com alguns autores, a primeira vaga da AB iniciada pelos pioneiros Rudolf Steiner, o casal Müller e Hans-Peter Rusch daquele método produtivo agrícola. Muitos agricultores começaram, então, a aplicar métodos biológicos e os consumidores iniciaram redes informais para ter acesso aos “produtos alimentares saudáveis”. Foram, deste modo, criadas as primeiras redes que, através da venda direta, articulavam consumidores e produtores (Engel *et al.*, 2016).

Posteriormente, em 1962, surgem as primeiras associações biológicas que se vão dispersar, à escala nacional, durante os anos 60 a 80 do século passado. É ainda durante este arco temporal que são criados serviços de aconselhamento e extensão para agricultores biológicos e fomentada a investigação em torno da AB. Destes processos decorre, também durante aquele mesmo período temporal, a consolidação jurídica da definição de AB (*Biologische Landwirtschaft*) e a sua inclusão no *Codex Alimentarius Austriacus*.

Na década de 1980 são incrementadas as normas a observar na prática da AB e disponibilizado apoio financeiro, com verbas públicas, ao processo de conversão de agricultura convencional para AB. Os resultados dos processos antes enumerados associados ao envolvimento de grandes cadeias de supermercados no retalho biológico e, ainda, do apoio político/financeiro, através de pagamentos diretos a explorações agrícolas biológicas, ganham visibilidade através do rápido aumento do número destas últimas. Só no ano de 1995, mais de 5 000 unidades produtivas converteram-se à AB, localizadas sobretudo em zonas de pastagem. Durante a primeira década do milénio, regista-se a “internacionalização” do mercado biológico austríaco, a consolidação do número de explorações e a ocupação da SAU em modo de produção biológica (ver Figura 1). Regista-se, ainda, a constituição, em 2005, da BIO-Áustria, que continua a ser a maior associação biológica à escala da UE.

¹ “Boa Prática” – Para efeitos do Projeto foi adotada a definição de “boa prática”, proposta pela FAO. De acordo com a FAO (2016), “uma boa prática não é unicamente uma prática que é boa, mas uma prática que tendo sido aplicada permitiu alcançar bons resultados e que é, por isso, recomendada como modelo. É uma experiência bem-sucedida, testada e validada, no sentido amplo, que foi replicada e merece ser partilhada a fim de o maior número de pessoas a possa adotar.”

² Por facilidade, no caso da Áustria, adota-se o termo *Community Supported Agriculture* (CSA) para referir estas designações.

³ 24,1% do total da SAU, em 2018. A Suécia surge a seguir com 20,3%. Ver European Commission (2020).

Nos últimos anos, o mercado do sector biológico austríaco, dominado por três retalhistas, continua a crescer. Também a quota das vendas totais do sector do retalho, comparativamente ao da venda direta e ao da restauração coletiva se mantém dominante, como a Figura 2 ilustra (Dietrich e Freyer, 2019).



Figura 1 – Evolução do sector da agricultura biológica na Áustria (https://www.bio-austria.at/app/uploads/g_BioBetriebe_oLogo-1.jpg)
Fonte: Dietrich e Freyer (2019: 8).

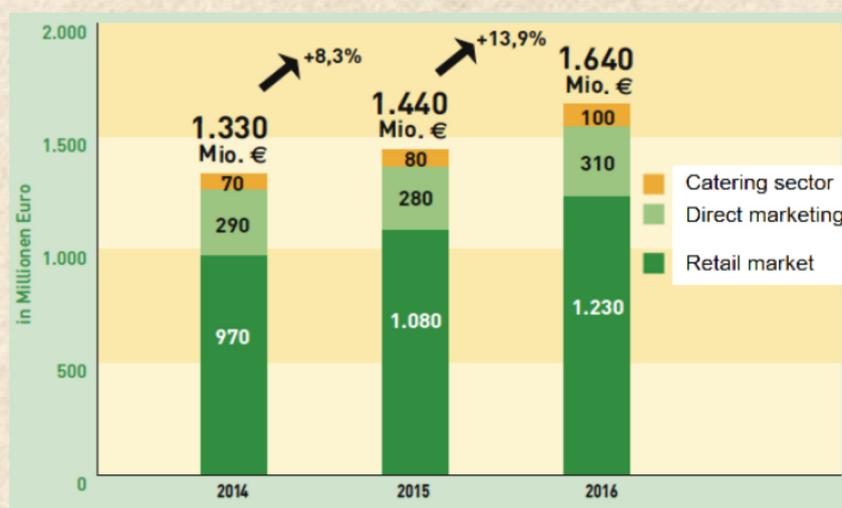


Figura 2 – Evolução do mercado do sector da agricultura biológica na Áustria (https://www.bio-austria.at/app/uploads/Entwicklung_Bio-Markt.png)
Fonte: Dietrich e Freyer (2019: 8).

II – A EVOLUÇÃO dos CIRCUITOS CURTOS AGROALIMENTARES na ÁUSTRIA

Tal como o caso francês evidencia, também na Áustria a compreensão quer da evolução e características dos CCA, enquanto alternativa aos sistemas alimentares convencionais, quer o processo de desenvolvimento, bem-sucedido e diversificado, do sector da agricultura biológica, quer ainda a integração do “localismo” (ou “local”) e “regionalismo” nos sistemas alimentares austríacos (especialmente no mercado retalhista/supermercados) exige reconhecer a relevância de factos socioeconómicos e políticos que marcaram a conjuntura social do país nos últimos 30 anos (Dietrich e Freyer, 2019).

De acordo com Schermer (2015), o processo de mudança das relações produtores-consumidores na Áustria foi constituído por três fases:

1. “Aparecimento de sistemas alimentares alternativos baseados na cooperação entre produtores-consumidores para o desenvolvimento regional endógeno”⁴, fase que se registou durante a década de 1970, politicamente marcada pela presença do partido social democrata austríaco. Esta conjuntura política tornou possível quer a criação, com sucesso, de iniciativas/cooperativas que promoviam o desenvolvimento regional através de relações mais estreitas entre produtores-consumidores, quer o apoio à melhoria da qualidade dos bens alimentares e à produção biológica. Porém, na década seguinte a pressão económica viria a alterar este modelo organizacional para lojas privadas ou associações regionais de produtores, embora os princípios “fundadores”, tais como: preços justos para agricultores e consumidores, tivessem sido mantidos, tal como os apoios técnico-financeiros aos sistemas alimentares regionais;
2. Com o reforço do movimento ambiental, a chegada do Partido Verde e a integração na União Europeia (Janeiro de 1995) surge a ideia de *ökosoziale Agrarpolitik* e, com ela, a segunda fase: “Ecologização pela adesão à UE: da comercialização direta aos produtos biológicos no supermercado”⁵ (Schermer, 2015: 125). Nesta fase “a inclusão de antigas alternativas agrícolas foi acompanhada pela mudança das expectativas dos consumidores o que favoreceu os alimentos locais e amigos do ambiente ou produzidos biologicamente. Estes aspetos abriram caminho para abordagens inovadoras que tinham sido promovidas no âmbito do desenvolvimento rural endógeno, inserido no contexto do sistema agroalimentar dominante” (Schermer, 2015: 126). É neste cenário que o apoio à AB surge reforçado nas novas políticas e programas agroambientais nacionais, com reflexos nas elevadas taxas de conversão para aquele modo de produção, ao mesmo tempo que se promovia a já predominante imagem positiva da agricultura austríaca em harmonia com a natureza, que ainda hoje existe. Com efeito, “embora tais atributos fossem considerados retrógrados durante a era [do processo] de modernização [agrícola] (...), agora, sob os auspícios pós-productivistas, pensa-se muitas vezes em salvaguardar a sustentabilidade e promover a qualidade” (Schermer, 2015: 126).

Esta salvaguarda viria a ser concretizada por políticos e políticas públicas, agências de *marketing*, mais tarde, por grandes retalhistas alimentares. Por outro lado, a implementação de iniciativas de venda direta e o lançamento das primeiras marcas biológicas nos supermercados (enfatizando a identidade local) permitiram a ideia da existência, na Áustria, de um sistema alimentar industrializado com produtos de alta qualidade, baseado em sistemas agrícolas regionais e locais de pequena escala e pouco intensivos quer para produtos biológicos, quer para convencionais (Schermer, 2015).

3. “Ecologização da corrente dominante e convencionalização de alternativas”⁶ (Schermer, 2015: 127), terceira fase que corresponde ao estabelecimento de regras e regulamentos mais rigorosos para a venda directa e a entrada das grandes cadeias de supermercados no sector biológico. Estes fatores levaram as forças de mercado a pressionar os produtores e transformadores biológicos para processos de conversão baseados em unidades de maiores dimensões e mais competitivas, analisados no âmbito do debate sobre a convencionalização por Freyer e Bingen (2015) e Darnhofer *et al.* (2010), entre outros. Contribuíram ainda para o processo de ecologização (produção ao ar livre, identidade local e rastreabilidade dos produtos, qualidade e aspetos sanitários, etc.) da produção com origem no sistema agro-industrial dominante por pressão do bem-sucedido sector da AB.

Durante a última década, quer a comercialização de alimentos por parte de produtores e retalhistas, quer a sua aquisição pelos consumidores sofreram grande diversificação. Muitos (cerca de um terço) dos agricultores continuam a praticar a venda direta, com impactes positivos no volume de negócios. Aqueles dois aspetos também se refletiram no aumento das vendas a retalho de produtos regionais, presentes nas prateleiras dos supermercados, e da rastreabilidade das linhas de produção (Schermer, 2014).

Porém, se “o desenvolvimento e institucionalização da AB na Áustria levou a uma diversificação deste mercado (com impactes nos alimentos com origem no modelo agrícola dominante), também incapacitou a edificação de outras abordagens alternativas que, nomeadamente, favorecem a transformação de todo o sistema alimentar em direcção à Soberania Alimentar, tais como a *Community Supported Agriculture* (CSA) ou as *FoodCoops*, as quais são apoiadas por uma pequena fracção de austríacos” (Dietrich e Freyer, 2019: 11). Outros autores também vêem com apreensão a procura crescente por alimentos regionais e sustentáveis, dadas a possibilidade de daí “pode[r]

⁴ *Appearance of alternative food systems as producer - consumer cooperation for endogenous regional development.*

⁵ *Greening by joining the EU: from direct marketing to organics in the supermarket.*

⁶ *Greening of the mainstream and conventionalization of alternatives*

(...) resultar uma bifurcação da agricultura biológica e sua exposição aos processos de convencionalização“ Blankenhorn *et al.*, 2017:18). De acordo com os mesmos autores, “uma abordagem para evitar [aquela bifurcação] reside no apoio a estratégias de venda directa“ (Blankenhorn *et al.*, 2017: 18).

Modalidades de Venda Direta com Contrato na Áustria

Na Áustria, as modalidades de venda direta com contrato tendem a assumir duas possibilidades: todos os membros recolhem, na exploração, uma quantidade fixa de alimentos declarada pelo produtor ou estimam a quantidade de alimentos que podem colher de acordo com as respetivas necessidades. O mesmo sucede com o pagamento: ou todos os membros pagam um montante fixado pelo produtor no início do ano/época agrícola ou os próprios membros fixam o montante com base na proposta de orçamento do agricultor e na capacidade dos membros (Parot, 2016). Regra geral, os membros da CSA declaram no início da época que são membros durante toda o ano agrícola e pagam as respetivas quotas antecipadamente ou mensalmente.

Segundo Parot (2016), a partilha de riscos é uma das principais razões que conduz à implementação de CSA na Áustria, dado que aquela representa o elemento diferenciador de qualquer outro tipo de venda direta. Para além dos riscos, a partilha de responsabilidades é um outro elemento-chave dos “ideais” austríacos, o que explica que na Carta da CSA austríaca as estruturas coletivas e auto-organizadas figurem como características dos CSA. Contudo, a tomada de decisões não é um processo coletivo em todos os CSA austríacos. A dimensão das comunidades CSA austríacas é também muito diversificada, variando, por exemplo entre 10 e algumas centenas de membros.

Naquele país não existem estruturas legais explicitamente orientadas para apoio às CSA. Contudo, algumas fundaram associações como base legal para os membros co-trabalhadores. A maioria das explorações agrícolas CSA é tributada a uma taxa fixa como empresas ou empresas em parceria, cujos rendimentos provêm diretamente dos membros. Desde 2014 existe cooperação entre a associação de agricultores biológicos, BIO-Áustria, e o governo federal da Alta Áustria para informar ativamente os agricultores e consumidores sobre a existência de redes alimentares alternativas como as *foodcoops* e as CSA (Parot, 2016).

III - AS FoodCoop na ÁUSTRIA

Considerando o reduzido número de CSA na Áustria, cerca de 20 no momento presente (Dietrich e Freyer, 2019), optou-se, neste ponto, por centrar a atenção num caso representativo de CCA na modalidade Cabazes, muito difundidos naquele país, ou seja, as cooperativas alimentares. Para tal, trazemos à reflexão algumas das principais características da *BOKU Food-Coop*, localizada na municipalidade de Viena, Áustria, para ilustrar “Boas Práticas” de CCA, na modalidade Cabazes.

“*FoodCoops* são comunidades sem fins lucrativos e autónomas que fornecem uma infraestrutura para a aquisição e distribuição de produtos justos e sustentáveis (principalmente alimentos). Todos os membros de uma *FoodCoop* devem ter o direito de co-determinação/participação”. Esta definição foi fixada aquando da reunião da *Rede FoodCoop* realizada em Viena, em Fevereiro de 2017. Em 2019, existiam cerca de 70 *FoodCoop* dispersas pelo território austríaco (Dietrich e Freyer, 2019).

Os objectivos deste tipo de iniciativas são:

- eliminar o anonimato entre produtores e consumidores;
- partilhar o trabalho organizacional (recolha, armazenamento, serviço de entrega, etc.) e conhecimentos sobre os “alimentos” ao longo da cadeia agroalimentar, numa modalidade autogestionária;
- assegurar a disponibilidade de alimentos produzidos de forma sazonal, regional, ecologicamente sustentável e socialmente equitativa para os seus membros;
- permitir decisões conjuntas numa base democrática entre os membros sobre os “seus” sistemas alimentares (Dietrich e Freyer, 2019).

Principais características das *FoodCoop*:

- principal motivação: comprar alimentos coletiva e diretamente aos produtores, em vez de os adquirir ao retalhista (supermercado);
- os membros das cooperativas alimentares (na sua maioria consumidores urbanos) selecionam e organizam (formal e praticamente) a logística do abastecimento alimentar com o dos produtores, como uma organização de base democrática e autogerida — a mão-de-obra necessária e também o conhecimento são partilhados ao longo da cadeia agroalimentar;

- a compra direta é, regra geral, mais económica para os consumidores e mais viável para os produtores, comparativamente à venda a grossistas ou retalhistas;
- está aberta a possibilidade de serem estabelecidos contratos entre cooperativas alimentares e produtores (semelhantes aos das CSA) para certos produtos (em função da quantidade e qualidade);
- a compra direta permite aos membros da cooperativa alimentar (em cooperação com os produtores) trocar conhecimentos e implementar certos princípios para o “seu” sistema alimentar;
- consumir alimentos biológicos/agroecológicos para preservar a fertilidade do solo e proteger a natureza e o clima em geral (sem inseticidas, herbicidas, sementes geneticamente modificadas ...);
- apoiar métodos de cultivo sustentáveis e a manutenção da diversidade das espécies vegetais e animais;
- consumir alimentos produzidos nas imediações da região de localização da cooperativa alimentar, a fim de promover os agricultores a reduzirem a “pegada ecológica” e, ao mesmo tempo, contribuir para a preservação dos “alimentos austríacos”;
- a compra de alimentos “exóticos” (café, chá, chocolate, citrinos, ...) deve ser feita apenas se respeitar a qualidade biológica e justa (Comércio Justo/*Fairtrade*);
- dar prioridade à compra de produtos sazonais (para evitar longas distâncias de transporte e apoiar os agricultores austríacos com compras ao longo de todo o ano);
- valorizar o trabalho dos agricultores e apoiar/reforçar as pequenas explorações familiares com remuneração justa (sem exploração ou opressão) que estão sob pressão dos processos de concentração por parte do mercado (do sector biológico) e da concorrência (dos sistemas alimentares globais);
- aceitar produtos de qualidade B (bens em condições para serem consumidos mas que não são vendidos devido à sua aparência física, dimensão, etc.), que normalmente seriam eliminados, bem como alimentos desperdiçados pelos supermercados mas ainda em condições de poderem ser consumidos (Dietrich e Freyer, 2019).

Práticas inovadoras:

- este tipo de iniciativas (*FoodCoop*) constituem pequenas unidades baseadas na equidade e na mutualidade, contribuindo para a criação quer de um sistema alimentar/produção agrícola diversificado e sustentável (numa paisagem biodiversa de pequena escala), quer de condições de trabalho justas para os produtores, quer ainda na disponibilização de alimentos a preços justos e de alta qualidade, isto é, com base nos princípios da AB, para os seus membros;
- na medida em que os supermercados estão a dominar o mercado da AB na Áustria, as cooperativas alimentares são uma alternativa ao sistema atual. Por outro lado, o confronto com a organização do sistema alimentar, facilitado por se ser membro deste tipo de cooperativas alimentares, e os princípios estabelecidos pelo grupo de membros facilitam a politização e discussão sobre consumo, concentração de poder no comércio de retalho e a democratização do sistema alimentar (Dietrich e Freyer, 2019).

Bibliografia:

- Blankenhorn, Benedikt *et al.* (2017), *Organic Box Schemes, Project: Organic farming and regional development* (933.316), Summer term 2016, University of Natural Resources and Life Sciences, Department for Sustainable Agriculture System, BOKU, Vienna, 109 pp.
- Darnhofer, Ika; Lindenthal, Thomas; Bartel-Kratochvil, Ruth e Zollitsch, Werner (2010), “Conventionalisation of organic farming practices: from structural criteria towards an assessment based on organic principles. A review”, *Agronomy for Sustainable Development*, 30 (1), pp. 67-81.
- Dietrich, Phillipp e Freyer, Bernhard (2019), *Report on the local and sustainable food systems in Austria*, Teaching local and sustainable food systems, Project ERASMUS + EducLocalFOOD, 2018-1-FR01-KA202-048160, <https://www.educlocalfood.com/>
- Engel, Annelie; Pabst, Stephan; Steigberger, Elisabeth e Wellmann, Lena (2016), “Austria”, em: *Overview of Community Supported Agriculture in Europe*, CSA Research Group, CSA for Europe Report 2015, Urgenci, 138 pp.
- European Commission (2020), *Factsheet - Organic Farming Numbers*.
- Food and Agriculture Organization of the United Nations/FAO (2016), *Canevas Pour les Bonnes Pratiques*, Septembre, 7 pp.

Freyer, Bernhard e Bingen, Jim (Eds.) (2015), *Re-Thinking Organic Food and Farming in a Changing World*, Springer, Dordrecht, 352 pp.

Kummer, Susanne e Milestad, Rebecka (2020), "The Diversity of Organic Box Schemes in Europe — An Exploratory Study in Four Countries", *Sustainability*, 12 (7), 2734.

Ostrom, Marcia; Kjeldsen, Chris; Kummer, Susanne; Milestad, Rebecka e Schermer, Markus (2017), "What's Going into the Box? An Inquiry into the Social and Ecological Embeddedness of Large-scale EU and US Box Schemes", *International Journal of Sociology of Agriculture and Food*, 24 (1), pp. 113-134.

Schermer, Markus (2015), "From 'Food from Nowhere' to 'Food from Here:' changing producer-consumer relations in Austria", *Agriculture and Human Values*, 32, pp. 121-132.